

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas  
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO



ATA Nº 09/97

001. Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, com  
002. início às oito horas e trinta minutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, realizou-se uma  
003. sessão ordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão -  
004. COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada e  
005. presidida pelo Professor José Carlos da Silveira Osório, vice-reitor da UFPEL, contou  
006. com a participação dos seguintes conselheiros: João Carlos Jaccottet Piccoli, Pró-  
007. Reitor de Graduação; Nei Fernandes Lopes, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;  
008. Isabel Bonat Hirsch em substituição ao conselheiro Francisco Elifalete Xavier, Pró-  
009. Reitor de Extensão e Cultura; Maria Helena de Carvalho, representante do Conselho  
010. Universitário; Carlos Willi Van Der Laan, representante da área de Ciências Agrárias;  
011. Roberto Westrupp, representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia; André  
012. Haack, representante da área da Ciências da Saúde e Biológicas; Anaizi Cruz Espirito  
013. Santo, representante da área de Letras e Artes; Antonio Augusto Tams Gasperin em  
014. substituição ao acadêmico Adenir Frandoloso, representante Discente; Mônia Laura  
015. Faria Fernandes, representante discente. Constatada a existência de quorum legal, o  
016. Senhor Presidente após cumprimentar os presentes declarou aberta a sessão,  
017. passando de imediato ao item 01 da pauta: Apreciação da Ata nº 07/97 do COCEPE.  
018. Levada a apreciação dos conselheiros, foi aprovada por unanimidade, sem correções.  
019. Após, o Senhor Presidente propôs inverter a ordem do dia, passando ao item 03 da  
020. pauta: Discussão sobre os critérios para alocação de vagas na UFPel. Com o uso da  
021. palavra o Senhor Presidente fez um breve relato sobre o assunto, colocando que os  
022. critérios referente a distribuição ou alocação de vagas dentro da Universidade que  
023. serão discutidos pelo COCEPE, deverão nortear o crescimento nos diversos  
024. segmentos da UFPel, visto que doravante, o Ministério da Educação e do Desporto não  
025. concederá mais vagas as Universidades, além das oriundas de aposentadoria,  
026. falecimento ou exoneração. Esclareceu o Senhor Presidente que as vagas solicitadas  
027. após o dia 18 de fevereiro de 1997 não estão sendo mais alocadas em suas unidades  
028. de origem, sendo que somente as mesmas poderão ser supridas com a contratação de  
029. professor substituto. Isto posto, o conselheiro Nei Fernandes Lopes manifestou-se  
030. dizendo que desta forma torna-se inviável a criação de novos cursos na área de  
031. graduação, o que implicará no difícil crescimento da Universidade. O conselheiro João  
032. Carlos Jaccottet Piccoli manifestou-se a respeito, como Presidente da Comissão criada  
033. para estudar os critérios que serão utilizados para alocação de vagas dentro da UFPel,  
034. concordando com o posicionamento acima exarado pelo conselheiro Nei Lopes, ao  
035. tempo em que esclareceu que a comissão está resolvendo primeiramente o problema  
036. interno que a Universidade tem em relação ao descompasso de vagas, e, para os  
037. novos cursos que estão por vir, estudar as condições que a universidade tem em seu  
038. quadro docente, para posteriormente se possa justificar a contratação de novos  
039. docentes junto ao MEC. O conselheiro Roberto Westrupp expressou-se dizendo que  
040. enquanto a relação aluno/professor global for baixa na Universidade, estes parâmetros  
041. devem mudar, para que, à partir daí, possa-se pensar em criar novos cursos. o  
042. conselheiro Nei Fernandes Lopes entendeu que a demanda da sociedade por cursos  
043. que não são aqueles tradicionais, é muito variável, variando de época para época, de  
044. momento, para momento. Desta forma, os cursos que formam pouco e a demanda por  
045. eles é pequena, a tendência destes é desaparecer, ao menos ao nível de graduação. A  
046. conselheira Maria Antonieta Dall'Igna manifestou-se favoravelmente ao posicionamento  
047. emitido por parte dos conselheiros de que para criar curso tem que se ter professor.  
048. Registrou a conselheira que o equívoco cometido pela gestão passada foi que houve  
049. um afogadilho ao criar cursos sem se ter professor, citando como exemplo os cursos de  
050. Meteorologia e Espanhol. Emitiu seu parecer aos conselheiros dizendo que a  
051. dificuldade de vagas dentro da Universidade é por áreas, não podendo o COCEPE  
052. tratar este assunto de uma maneira geral dentro da Universidade, sugerindo que tendo  
053. em vista que há uma diferença muito grande na relação aluno/professor de curso para



054. cursos, primeiramente deva-se pensar na possibilidade dos cursos que tem a relação  
055. aluno/professor menor, ceder para um outro que tenha esta relação maior. Após o  
056. Senhor Presidente solicitou a presença do Professor Amauri Almeida Machado,  
057. membro da Comissão de Informática, solicitando que o mesmo fizesse uma explanação  
058. sobre o estudo que estão realizando sobre o assunto em pauta. A conselheira Maria  
059. Helena de Carvalho é de parecer que tendo o curso sido criado e aprovado pelo  
060. COCEPE, passando pelo Conselho Universitário, a Universidade tem a  
061. responsabilidade de mantê-lo, para que a partir daí se poder pensar na possibilidade de  
062. se criar outros cursos. O conselheiro Carlos Willi Van Der Laan demonstrou sua  
063. preocupação quanto aos critérios que serão utilizados pelo Ministério da Educação e do  
064. Desporto, no momento em que analisar a distribuição de vagas, visto que na UFPel,  
065. relacionar carga horária, aluno/professor, esta situação torna-se bastante complicada,  
066. justificando que quando se chega nas matérias profissionalizantes, há áreas em que  
067. este índice é muito baixo. O acadêmico Antônio Augusto Tams Gasperin disse que há  
068. dois problemas neste momento que estão sendo discutidos, um é de ordem política,  
069. que é referente a parte estrutural da Universidade e o outro é a questão das vagas,  
070. sendo que este ultimo não terá sua discussão esgotada no COCEPE. Após a  
071. manifestação dos conselheiros em relação ao assunto, o Senhor Presidente passou a  
072. palavra ao Professor Amauri Machado que de imediato relatou aos presentes o  
073. documento (anexo a Ata) na íntegra, esclarecendo que no mesmo, os dados que  
074. constam são oficiais do Centro de Informática referente ao 1º semestre de 1997. Após  
075. ampla discussão por parte dos conselheiros em relação ao documento apresentado e  
076. as explicações por parte do Professor Amauri Machado, o Senhor Presidente  
077. agradeceu a sua presença bem como os esclarecimentos prestados em relação ao  
078. assunto. Prosseguindo, o conselheiro João Carlos Jaccottet Piccoli manifestou-se  
079. fazendo um breve relato sobre as reuniões ocorridas até a presente data, momento  
080. seguinte, distribuiu o instrumento (anexo a Ata) referente a alocação de vagas tirado  
081. pela comissão. O conselheiro Roberto Westrupp expressou-se dizendo que a partir do  
082. preenchimento deste documento, a Universidade terá o seu retrato, e desta forma  
083. poderá se fazer um comparativo de seus índices com os índices de outras  
084. universidades. Comentando, o conselheiro André Haack observou que na Faculdade  
085. de Medicina, o Hospital Escola possui técnicos de nível superior que não estão  
086. contemplados no instrumento apresentado. De pronto, o conselheiro João Carlos  
087. Piccoli propôs a inclusão de mais uma coluna no documento, onde constaria o técnico  
088. de nível superior. Prosseguindo seu comentário, o conselheiro André Haack indagou da  
089. comissão o que será feito logo após esta dispor do levantamento extraído do  
090. instrumento? Respondendo, o conselheiro João Carlos Piccoli disse que somente serão  
091. estabelecidos os critérios, após se ter uma realidade, que será obtida após a análise  
092. dos dados. O conselheiro André Haack novamente com a palavra, sugeriu que a  
093. comissão aproveitasse o momento deste diagnóstico, para fazer uma investigação  
094. junto as outras universidades, e saber quais os critérios que estão sendo utilizados  
095. para redistribuição de vagas nas mesmas. O conselheiro João Carlos Pierobom  
096. salientou que a comissão que irá trabalhar neste caso, já está examinando o modelo  
097. utilizado por algumas universidades, sendo este apenas um dos critérios. Afirmou que a  
098. preocupação da comissão neste momento, é ter dados confiáveis que permitam  
099. conhecer a realidade da Instituição, que ora se apresenta. A conselheira Maria  
100. Antonieta Dall'Igna comentou que existe uma política no COCEPE, que deve refletir os  
101. objetivos da universidade e os anseios das unidades, para a partir daí, determinar quais  
102. as áreas de excelência que serão objetivadas. Segundo o conselheiro Nei Fernandes  
103. Lopes, a seu ver, um dos critérios desafortunadamente já está sendo estabelecido no  
104. momento em que criaram cursos novos, que já estão terminando sem professor na  
105. disciplina. O conselheiro André Haack acha importante que a universidade tenha um  
106. perfil voltado para sua região. Sugeriu que para ajudar os demais conselheiros que não  
107. fazem parte da comissão, a pesquisa relativa aos critérios utilizados em outras  
108. universidades, seja distribuída para a formação de uma futura idéia que cada  
109. conselheiro terá em cima do trabalho que está sendo executado. O Senhor Presidente  
110. sugeriu que os representantes de áreas se reunam com as suas respectivas áreas,  
111. para trazerem ao COCEPE suas especificidades, para a partir de então, se poder





112. discutir os critérios que serão utilizados no momento em que for tratado a matéria sobre  
113. distribuição de vagas. O conselheiro Carlos Willi Van Der Laan concorda que com o  
114. documento apresentado pela comissão, torna-se mais fácil defender os critérios que  
115. serão utilizados no momento da distribuição de vagas. O conselheiro Roberto Westrup  
116. propôs marcar uma nova reunião para tratar da continuidade deste assunto, para que  
117. se possa fazer uma discussão com os novos dados que serão apresentados pelas  
118. planilhas. Após ampla discussão por parte dos conselheiros ficou deliberado pela  
119. plenária, que a próxima reunião do COCEPE, ocorra a partir do momento em que a  
120. Comissão de Informática apresentar a planilha preenchida pelos setores envolvidos.  
121. Dando seqüência a pauta, o Senhor Presidente passou ao item 02: Processo nº  
122. 232110.004810/96-08 - Análise da documentação referente a participação dos  
123. Professores Visitantes com direito a voto, voz e contando com quorum nas reuniões do  
124. Departamento na Faculdade de Meteorologia. Com o uso da palavra, a conselheira  
125. Maria Helena de Carvalho justificou que atendendo sua proposta, o processo retornou  
126. a pauta para que fosse apreciada pelos conselheiros, a documentação citada pelo Dr.  
127. Carlos Fernando Conceição Lucena, Procurador Jurídico da UFPel, referente a uma  
128. reunião realizada pelo Colégio de Procuradores onde foi tratado este assunto. Após  
129. relatar o documento apresentado pela Procuradoria Jurídica e entendendo que o  
130. mesmo não acrescentou nenhum fato novo ao processo, a conselheira propôs manter  
131. se o que já foi deliberado pelo COCEPE em relação ao assunto. O acadêmico Antônio  
132. Augusto Tams Gasperin emitiu o parecer de que tendo o processo já sido julgado pelo  
133. COCEPE, uma nova avaliação somente deverá ser feita em grau de recurso. O Senhor  
134. Presidente para melhor esclarecer os conselheiros sobre o assunto, explicou que nos  
135. autos do processo tem um parecer da Procuradoria Jurídica que diz que o professor  
136. visitante não tem direito a voto e uma deliberação do COCEPE favorável a que o  
137. professor visitante possa votar. Diante ao fato exposto, para melhor embasar seu  
138. posicionamento, a Procuradoria Jurídica levou o assunto a uma reunião de  
139. Procuradores, que posicionou-se a respeito, conforme documento (anexo a Ata)  
140. apresentado pelo Procurador Jurídico Dr. Lucena em reunião anterior, ao COCEPE.  
141. Diante aos fatos, o COCEPE julgou por bem estudar o documento para certificar se o  
142. mesmo acrescenta algum fato novo ao processo. O conselheiro André Haack entendeu  
143. que o reencaminhamento deste processo ao COCEPE, deve-se tão somente a uma  
144. indagação, a uma dúvida, feita pelo curso de Meteorologia, não cabendo no momento,  
145. nenhuma decisão por parte dos conselheiros sobre o que já foi deliberado pelo  
146. COCEPE em relação ao assunto, mas somente comentar a indignação por parte da  
147. Procuradoria Jurídica, por não ter sido acatado o encaminhamento que a mesma  
148. entendeu ser o correto. O Senhor Presidente alertou que o COCEPE tomou tal decisão  
149. no caso específico da Faculdade de Meteorologia, em cima de um processo, e não de  
150. uma maneira geral como pensavam alguns conselheiros, por isto é que foi solicitado  
151. um parecer da Procuradoria Jurídica para embasarem o assunto, para que não seja  
152. somente a UFPel a dar um tratamento diferenciado ao professor visitante, visto que em  
153. todas as outras universidades existe o entendimento jurídico de que eles são regidos  
154. por um contrato e desta forma não tem direito a voz e voto no departamento. A  
155. conselheira Maria Helena argumentou que desde que o Regimento da UFPel permita, o  
156. parecer do Ministério da Educação e do Desporto, apensado ao processo, coloca que é  
157. uma questão interna da UFPel. O acadêmico Antônio Augusto Tams Gasperin é de  
158. opinião que o regimento é claro no que se refere a participação de todos os professores  
159. que fazem parte do corpo docente, participarem do departamento obrigatoriamente,  
160. inclusive passível de sanção, caso não participem, parecendo-lhe que à Procuradoria  
161. Jurídica equivocadamente está se sustentando em cima de uma lei que regulamenta a  
162. consulta para reitores para fundamentar uma participação de voto no departamento,  
163. indo desta forma de encontro a evidência retratada no regimento. O Senhor Presidente  
164. salientou que a discussão em pauta, está embasada no contra-senso que existe na  
165. Faculdade de Meteorologia, onde os professores de um curso de doutorado, serem  
166. subordinados à decisões de alunos deste curso, isto posto o que se buscou no  
167. COCEPE foi alguma lei nova que diga que o professor visitante não tem direito a voto  
168. no departamento, para que desta forma, a mesma não sofra nenhum tipo de atropelo  
169. por parte do COCEPE. Após ampla discussão por parte dos conselheiros em relação



170. ao assunto, ficou deliberado que não havendo nenhum fato novo ou lei nova, seja  
171. mantida a decisão do COCEPE. Ato contínuo, o Presidente do Conselho Coordenador  
172. do Ensino, da Pesquisa e da Extensão-COCEPE, agradeceu a presença de todos,  
173. declarando o encerramento da sessão. Do que para constar, eu *HH* José Eduardo  
174. Pereira de Magalhães, Secretário dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que,  
175. após aprovada, será igualmente assinada pelo Senhor Presidente.



*for: Carlos da S. Osorio*